

**PROJETO DE LEI Nº                   ,DE 2006.**  
**(Do Sr. Leonardo Mattos)**

Dá nova redação ao art. 50 da  
Lei 6.015 de 31 de dezembro  
de 1973, "que dispõe sobre o  
registro público e dá outras  
providências".

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º – O art. 50 da Lei 8.015 de 31 de dezembro de 1973,  
"que dispõe sobre os registros públicos e dá outras  
providências", passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 50. Todo nascimento que ocorrer no território  
nacional deverá ser dado a registro, no lugar em que  
tiver ocorrido o parto ou no lugar da residência dos pais,  
dentro do prazo de seis meses, que será ampliado em até  
1 ano para os lugares distantes mais de trinta  
quilômetros da sede do cartório.(NR)

§ 1º .....

§ 2º .....

§ 3º Os menores de vinte e um (21) anos e maiores de  
dezoito (18) anos poderão, pessoalmente e isentos de  
multa, requerer o registro de seu nascimento no lugar em  
que tiver ocorrido o parto ou no lugar da residência dos  
pais."(NR)

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## **Justificação**

Apresentamos este projeto de lei visando alterar o art. 50 da Lei 6.015 de 31 de dezembro de 1973, "que dispõe sobre os registros públicos.

No *Caput* do mencionado dispositivo foi introduzida alteração estendendo o prazo para o registro na localidade onde ocorreu o parto ou na localidade onde moram os pais.

No parágrafo 3º do mencionado artigo, introduziu-se alteração que possibilita aos maiores de 18 anos e menores de 21 requererem o registro de seu nascimento no lugar em que tiver ocorrido o parto ou no lugar da residência dos pais.

Através desta proposição, facilitaremos o processo de registro com a ampliação do prazo para aqueles que querem registrar seus filhos ou registrarem-se no município onde ocorreu o parto ou onde moram os pais e lá têm suas raízes.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2006.

**Leonardo Mattos**  
**PV/MG**